**ÉTICA PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA - Hannah Arendt**

Tal como Foucault, Arendt não ofereceu algum texto específico para expor suas ideias sobre a ética, mas tratou fartamente desse tópico ao associá-lo, de modo sistemático, à política. Para Arendt, o critério da conduta ética desponta da análise política. Sua reflexão construiu uma *filosofia política*. Sua justificativa para essa compreensão da ética surge de sua convicção de que o território da política ‘*redime*’ a existência humana. Por esse motivo, embora sendo um campo de reflexão diferenciado e autônomo, Arendt identifica os temas que constituem a reflexão política também no campo da ética.

A visão arendtiana da ética surge de sua crítica aos padrões morais criados na filosofia grega que justificam o `fazer o bem’ e as consequências da ação *(bases da ética na Grécia antiga)*. Distanciados da reflexão política, esses padrões morais para a ação, se transformaram em costumes reproduzidos na rotina da vida dificultando a reflexão crítica sobre os mesmos. Arendt considera que a cultura judaico-cristã seguiu e reforçou esse caminho.

Nessa cultura, os padrões *(propostos pelos gregos)* foram apenas substituídos por outros, igualmente transmitidos às novas gerações, sem terem sido questionados. Tanto os preceitos de Moises como a eudaimonia de Aristóteles foram colocados como critérios universais, combinando neles, os aspectos sociais, morais e legais. Arendt chama essa forma de universalização de *padrões de auto-evidentes* porque ocultam o critério do "bem", distanciando sua relação e sujeição à reflexão política. Transmitidos como padrões universais, sua implementação facilmente se torna em hábito *(rotina)*, desvalorizando a abertura de seu conteúdo para a crítica. Arendt escreve, explicitamente, que o julgamento da ação humana por esses, ou outros padrões morais, "aliena".

A ação humana autônoma somente pode ser julgada pela "grandeza" de seus atos. A "grandeza" desponta da reflexão política porque toda ação (1) não é avaliada somente por seus motivos e consequências, mas manifesta pelos princípios que realiza e (2) pode ser compensada pelo perdão. Essa racionalidade coloca o critério ético *(a conduta direcionada para o bem)* no campo da análise política produzida pelos indivíduos e pela sociedade *(ao invés de padrões morais tradicionais e religiosos)*. Essa relação entre ética e reflexão política decorre do caráter arbitrário da ação humana.

A ação humana ganha valor e sentido por sua autonomia diante da diversidade de possibilidades. Sob essa circunstância, a ação deixa de ser arbitrária, ao ser fruto de alguma escolha *(liberdade)*. A reflexão política impede o controle externo sobre o que as pessoas fazem e, portanto, sobre aquilo que as faz sofrer. A reflexão política é uma ação coletiva. O bem é identificado através da reflexão conjunta. A moral individual não dá conta dos problemas que surgem das ações *(escolhas)* políticas produzidas na sociedade. Arendt critica o universalismo do critério ético *(helênico e judaico-cristão)* porque, distante da reflexão política torna-se, na prática, norma de caráter despótico.

A base fundamental da política é a manutenção das condições de diversidade e de liberdade, inibidas nesses padrões universais sobre o “bem”. Ela afirma que confinar a compreensão do bem a "limites" universais é destrutivo dos dois fundamentos da ação. Essa visão implica a análise da conduta ética nas condições do momento histórico.

Hoje, os mecanismos pelos quais novos padrões morais e hábitos surgem e atuam *(rapidamente)* são facilitados pelas tecnologias de persuasão e comunicação. A rapidez e a falta de reflexão política que os conecta com a realidade permitem que padrões e hábitos sejam propostos, aceitos e facilmente substituídos *(sem seu reconhecimento como escolha refletida e como expressão de princípios)*. Essa facilidade revela a inocência que compromete a abertura propiciada pela diversidade e pela liberdade de escolhas.

Dentro dessas condições os padrões e normas éticas oferecidos *(como tal)* atuam como se fossem universais. Distantes da realidade *(dissociados da reflexão política)* eles são facilmente legitimados. Tomando a conhecida reflexão de Agostinho de Hipona, "Senhor, "quem" eu sou? O "que" eu sou? Arendt mostra a diferença entre o existir submetendo-se aos valores e sentidos criados por outros, e a criação coletivamente refletida de sentidos e valores para as próprias ações e discurso. Arendt se refere àqueles que não refletem e, por isso, não atingem sua própria individuação.

A reflexão e a memória são os meios pelos quais o indivíduo tem crítica e assume seu rumo no mundo no qual ele chegou como um estranho. Ao colocar a reflexão política em busca da ética, Arendt assume que a relação do indivíduo com ele mesmo *(a consciência segundo Sócrates)* é tão necessária como sua relação com o mundo *(os acontecimentos)*, entendida por Arendt como o centro da reflexão política. Arendt critica qualquer motivo para se impor aos indivíduos padrões externos de conduta moral.

A ação é a mais alta dentre todas as atividades porque ela reflete a essência da condição humana que é a autonomia diante de amplo espectro de possibilidades *(pluralismo)*. A potencialidade humana de criar e de destruir é exposta na ação. Por isso, a ação *(força de transformação)* é um instrumento político que não pode ser deixado para o acaso nem para as decisões de outros. Todos conhecem bem os diversos efeitos devastadores de ações humanas *(que foram deixadas para o acaso, ou "terceirizadas")*.

Dentro dessa racionalidade, o chão apropriado para a ação ética está situado nas decisões *(ações e discursos)* que constroem o convívio com os outros *(a política)*. Por isso, a ação ética é aquela de assume a participação dos indivíduos nessas decisões. Nessa forma de vida, assumimos "quem" somos *(quid de Agostinho)*, ao invés de assumir o "que" somos *(o quod de Agostinho)*.

Arendt completa sua visão sobre a ética associando a reflexão política ao perdão que é instrumento de recriação do diálogo .com os inimigos porque quebra o interminável ciclo de violência e vingança que impede a reflexão política. O perdão é um novo começo. Arendt entende o perdão como a renovação da confiança requerida pela reflexão e ação política. O perdão é um ato político que expressa a responsabilidade pelo mundo comum; expondo igual potencialidade para destruir, ou para recriar.

Por que a reflexão política é o alicerce da Ética? Quais os desdobramentos do pensamento de Arendt na ética profissional do psicólogo?